



[Regulamento Delegado \(UE\) 2026/1560 da Comissão, de 3 de julho](#)

Completa a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho mediante o estabelecimento de normas de relato de sustentabilidade de aplicação voluntária para as empresas protegidas pelo limite máximo para a cadeia de valor.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 22.09.2026.

[Regulamento Delegado \(UE\) 2026/1563 da Comissão, de 3 de julho](#)

Altera o Regulamento Delegado (UE) 2023/2772 tendo em vista a simplificação de determinadas normas de relato de sustentabilidade.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 10.11.2026.

[Ofício-circulado n.º 40131/2026, de 4 de setembro](#)

Âmbito de aplicação das alíneas a) e b) do n.º 10 do artigo 17.º do CIMT quando o sujeito passivo for pessoa singular, em função do respetivo estado civil.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 05.09.2026.

[Decreto-Lei n.º 177/2026, de 4 de setembro](#)

Altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, visando a sua simplificação, clarificação e atualização.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 01.10.2026.

Decreto-Lei n.º 180/2026, de 9 de setembro

Altera o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, atualizando-o face à Lei n.º 24/2026, de 1 de junho,, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 10.09.2026.

Declaração de Retificação n.º 33/2026/1, de 14 de setembro

Retifica o Decreto-Lei n.º 155-A/2026, de 31 de julho, de 31 de julho, que estabelece o regime de circulação na Via de Cintura Interna do Porto e a isenção de pagamento das taxas de portagem na Circular Regional Exterior do Porto.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2026, de 17 de setembro

Aprova a Estratégia TERRA+ para o período 2026-2030.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 18.09.2026.

Decreto-Lei n.º 188/2026, de 21 de setembro

Altera o Decreto-Lei n.º 89/2008, e procede à transposição parcial da Diretiva (UE) 2023/2413, de 30 de maio, no que respeita à promoção de energia de fontes renováveis.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 01.10.2026.

Decreto Regulamentar n.º 8/2026, de 21 de setembro

Altera o Decreto Regulamentar n.º 9-A/2017, de 3 de novembro, que regulamenta o regime jurídico do Sistema de Informação Cadastral Simplificado e do Balcão Único do Prédio.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 22.09.2026.

Decreto-Lei n.º 191/2026, de 22 de setembro

Altera o Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro, que estabelece um regime excecional e temporário de simplificação administrativa e financeira destinado à reconstrução e reabilitação de património e das infraestruturas localizadas nos concelhos afetados pela tempestade Kristin.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 23.09.2026.

Aviso n.º 23302/2026/2, de 22 de setembro

Fixa os índices ponderados de custos de materiais e equipamentos de apoio referentes a julho de 2026, para efeito de aplicação das fórmulas de revisão de preços.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

Portaria n.º 435/2026/1, de 23 de setembro

Altera a Portaria n.º 350-A/2025/1, de 9 de outubro, que regulamenta a tramitação eletrónica dos processos que correm termos nos tribunais judiciais, nos tribunais administrativos e fiscais e nos serviços do Ministério Público.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 28.09.2026.

Decreto-Lei n.º 195/2026, de 25 de setembro

Altera o Decreto-Lei n.º 132/2017, de 11 de outubro, que aprova o Regulamento Que Fixa os Pesos e as Dimensões Máximos Autorizados para os Veículos em Circulação.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 24.03.2027.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 185/2026, de 25 de setembro

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/2024, de 25 de setembro, que autoriza o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., a realizar a despesa no âmbito da contratualização com beneficiários do 1.º Direito — Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 04.09.2026.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 186/2026, de 29 de setembro

Altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2026, de 24 de junho, que cria a Estrutura de Missão «Agência para o PTRR».

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: entra em vigor a 30.09.2026.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 187/2026, de 29 de setembro

Autoriza a Metro do Porto, S. A., a realizar despesa com a construção da Linha da Trofa, entre o ISMAI e Paradelas/Interface Trofa.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 24.09.2026.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2026, de 29 de setembro

Autoriza a Metro do Porto, S. A., a realizar despesa com a Linha de Gondomar, extensão da rede do metro entre o Estádio do Dragão e o Souto.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 24.09.2026.

Acórdão (extrato) n.º 665/2026, de 29 de setembro

Não julga inconstitucional a interpretação normativa do artigo 78.º, n.os 4 e 5, da Lei Geral Tributária (LGT), no sentido de não ser possível recorrer ao mecanismo de revisão oficiosa aí previsto, com fundamento em vícios próprios dos atos de fixação dos valores patrimoniais tributários que servem de base às liquidações de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e de Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI), quando tais atos, sendo autonomamente impugnáveis, não tenham sido tempestivamente impugnados pelos meios próprios.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: ---.

Portaria n.º 447-A/2026/1, de 30 de setembro

Regulamenta as disposições do regime dos contratos de investimento para arrendamento (CIA), aprovado no anexo I do Decreto-Lei n.º 97/2026, de 20 de maio, relativas aos procedimentos e requisitos para a apresentação e aprovação do CIA, aos requisitos de elegibilidade dos investidores e às obrigações a que estes ficam sujeitos.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: produz efeitos a 01.10.2026.

Em caso de necessidade de algum esclarecimento complementar, contacte:

Serviços da AICCOPN: T: +351 223 402 200 | geral@aiccopn.pt